

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Rodrigo de Castro)**

Requer informações à Controladoria-Geral Geral da União sobre apuração de irregularidades em apuradas na Infraero, em especial no aeroporto de Curitiba, e afastamento de funcionários e dirigentes do órgão.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e na forma do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações à Controladoria-Geral Geral da União sobre apuração de irregularidades em apuradas na Infraero, em especial no aeroporto de Curitiba, e afastamento de funcionários e dirigentes do órgão.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas tornam-se imperiosas para esclarecer fatos delituosos, objeto desta CPI e certamente fornecerão subsídios elementares e indispensáveis para que a investigação parlamentar possa desenvolver-se a contento e enfrentar diretamente o seu objeto, em especial sobre as condições de trabalho e prestação de serviço de controle de tráfego aéreo nos aeroportos brasileiros, suas causas, consequências e responsáveis.

A revista Isto É, em sua edição de 23 de maio de 2007, publicou reportagem sob o título "Lição de Casa – Acordos nas CPIs não influenciam a PF e o Ministério Público no caso Infraero". Diz a notícia:

“Na contramão das CPIs da Câmara e do Senado, a Polícia Federal e o Ministério Público dão sinais concretos de que as irregularidades praticadas na Infraero poderão ser investigadas e os responsáveis por elas punidos. Na manhã da sexta-feira 12, a empresária Silvia Pfeiffer entrou discretamente na

sede da PF em Curitiba (PR) e começou a prestar um depoimento que até a tarde da quinta-feira 17 não havia terminado.

“Estou contando como funciona o esquema de corrupção na Infraero em seus mínimos detalhes”, disse Sílvia. Em abril, à ISTOÉ, a empresária relatou como era realizada a distribuição de propinas na estatal e mostrou depósitos bancários feitos nas contas de diretores da Infraero. Suas denúncias levaram à instauração de dois inquéritos: um investiga a existência de caixa 2 nas campanhas políticas do Paraná e, o outro, as irregularidades na estatal dos aeroportos. À PF e ao MP Sílvia tem entregue novos documentos e os procuradores não descartam a possibilidade de, a partir do depoimento, requisitarem a quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais.

As informações e documentos levados pela empresária à polícia animam os procuradores e delegados envolvidos no caso. Também nas CPIs, tem crescido o número de parlamentares interessados em ouvi-la, mas a maioria governista insiste em tapar o sol com a penira. “Não dá para separar apagão aéreo dos investimentos mal feitos da Infraero”, considera a deputada Solange Amaral (DEM – RJ), vice-presidente da Comissão. “Botaram dinheiro nos aeroportos e não investiram em segurança de vôo. Agora eu entendo por que o governo parou o Congresso para impedir a CPI.” Além de Sílvia, Solange apresentou requerimento para convocar a diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Therezinha Lopes. O requerimento ainda não foi aprovado. Há, porém, quem considere que o empenho da oposição acabará refreado pelo fato de algumas das denúncias de Sílvia atingirem também políticos do PFL (o atual DEM) no Paraná. “É por isso que nem o governo nem parte da oposição querem investigar a Infraero”, critica a deputada do PSOL Luciana Genro (RS). Ela apresentou requerimento para convocar Sílvia Pfeiffer, mas o relator da CPI, Marco Maia, do PT gaúcho, engavetou o documento. Se não vier a ser chamada para a CPI, Sílvia pode ainda ser convocada por alguma outra instância da Câmara. O deputado Celso Russomano, do PP paulista, quer levá-la à Comissão de Fiscalização e Controle.

As denúncias, porém, começam a ter efeito prático na Infraero. Atendendo a recomendação da Controladoria-Geral da União, a Infraero afastou na quarta-feira três ex-diretores comerciais envolvidos com as falcatruas do contrato com a FS3 Comunicação, denunciadas por ISTOÉ em 2004. Foram afastados de seus cargos a assessora de Planejamento Mariângela Russo, o assessor comercial do Aeroporto de Guarulhos Roberto Spinelli Júnior e o assessor da Presidência Tércio Ivan de Barros, ex-diretor comercial. Se juntam aos ex-diretores comerciais Fernando Brendaglia e Wellington Moura, além da assessora da diretoria comercial Márcia Chaves, que já tinham sido afastados.¹ Documentos entregues na PF podem levar à quebra de sigilos bancários.”

Sala da Comissão, 22 de maio de 2007.

Deputado RODRIGO DE CASTRO